

“FAKE NEWS” E AS DISPUTAS DE MEMÓRIA SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR: DESAFIOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NA 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO

Bianca Farini Carvalho da Silva ¹
Hellen Victória Leal Santos ²

RESUMO

O avanço das chamadas “fake news” e sua ampla disseminação entre adolescentes têm impactado significativamente a maneira como eventos históricos são compreendidos, especialmente no que diz respeito às disputas de memória sobre a ditadura civil-militar brasileira. Este trabalho tem como objetivo analisar o impacto das narrativas desinformativas relacionadas ao período ditatorial e discutir os desafios que essas distorções impõem ao ensino de História na Educação Básica. Parte-se da concepção de que a escola deve ser um espaço de formação crítica e de enfrentamento à manipulação ideológica do passado. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e na aplicação de uma sequência didática junto a uma turma da 3ª série do Ensino Médio, composta por 37 estudantes matriculados, sendo 26 frequentes. O referencial teórico se apoia em autores como Rodrigo Patto Sá Motta, Lucileide Costa, Bruno de Oliveira, e em obras organizadas por Carlos Zacarias Sena Jr. e Rodrigo Perez, além de contribuições do campo da educação midiática e do letramento crítico. A proposta pedagógica foi desenvolvida em dois encontros de 50 minutos cada e consistiu na análise de conteúdos (memes, postagens, notícias) que reproduzem ou negam aspectos históricos da ditadura. Os estudantes foram convidados a identificar, discutir e justificar quais informações consideravam verdadeiras ou falsas, registrando suas respostas, que posteriormente foram retomadas em atividade reflexiva ao final da sequência. Para avaliação, foram considerados registros escritos, socializações em sala e comparações entre as percepções iniciais e finais dos participantes. Os resultados apontam avanços na capacidade de discernimento crítico dos alunos, ainda que tenham sido verificadas resistências iniciais e limitações relacionadas ao repertório histórico prévio. A experiência evidenciou a potência de metodologias críticas no combate ao negacionismo e na promoção da autonomia intelectual dos estudantes. Conclui-se que o ensino de História, ao problematizar o uso político da memória e das narrativas históricas, contribui de forma decisiva para a formação cidadã em tempos marcados pela desinformação.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar, Fake News, Ensino de História, Letramento crítico.

INTRODUÇÃO

O crescimento das *fake news* no contexto contemporâneo tem colocado desafios significativos à educação, especialmente no que se refere à formação crítica de adolescentes e jovens. As *fakes news*, entendidas como informações falsas, muitas vezes sensacionalistas, apresentadas sob o disfarce de notícia, se contrapõem ao *fact checking*, ou avaliação da veracidade de uma afirmação (MAGALHÃES; FREITAS, 2019, p. 18). Embora essencial

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, biancaderay@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, hellensantos12@gmail.com.



para a verificação de conteúdos, essa oposição pode naturalizar a ideia de uma verdade absoluta e única, dificultando a construção de narrativas históricas plausíveis que considerem a diversidade de perspectivas e versões existentes. Nesse sentido, o ensino de História se revela fundamental, uma vez que historiadores e professores estão habituados a questionar fatos e testemunhos, desenvolvendo capacidades de análise crítica, avaliação criteriosa das fontes e reflexão sobre a plausibilidade, a consistência e a qualidade das explicações históricas (MAGALHÃES; FREITAS, 2019, p. 18-19).

No mesmo contexto de circulação de informações distorcidas, as disputas de memória sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) têm se intensificado. O golpe civil-militar representou uma reação dos setores conservadores e do grande capital às possibilidades de reformas sociais e avanços econômicos, resultando em prisões, torturas, assassinatos, expulsão de líderes esquerdistas e intervenção em sindicatos. Inserido no cenário da Guerra Fria e justificado pelo combate ao comunismo, o regime também buscou promover a internacionalização da economia e a concentração de renda, poder e propriedade nas mãos de corporações, monopólios e grandes latifundiários (LARA; SILVA, 2015, p. 278).

Nesse sentido, eventos como as *Marchas da Família com Deus pela Liberdade* evidenciam como esse apoio social se articulou a valores morais, religiosos e sociais compartilhados, legitimando a intervenção militar nas instituições democráticas como uma “solução” temporária para a crise política (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010 p. 89). No entanto, a memória desse engajamento social foi se esmaecendo ao longo do regime, à medida que os objetivos originais das mobilizações divergiam da realidade de um autoritarismo prolongado, que inicialmente se apresentava como uma breve intervenção para “arrumar a casa” e moralizar as instituições (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010 p. 90). Esse fenômeno ajuda a compreender a complexidade das relações entre Estado, sociedade e legitimidade do regime, bem como a diversidade de interpretações que hoje alimentam disputas de memória.

Como aponta Rodrigo Patto Sá Motta (2021, p. 13-14), essas disputas não se restringem às lideranças políticas, mas também mobilizam pessoas comuns, principalmente nas redes sociais, onde versões ideologicamente orientadas do período são amplamente difundidas. Documentos e evidências históricas são frequentemente reinterpretados ou distorcidos para legitimar narrativas favoráveis à extrema direita, minimizar a violência da ditadura e desacreditar historiadores, criando confusão e polarização na opinião pública.





Nesse contexto, a História se torna um campo de disputa central na chamada guerra cultural, com tentativas de substituir o conhecimento acadêmico por versões partidárias do passado.

Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo analisar o impacto das narrativas desinformativas relacionadas à ditadura civil-militar e discutir os desafios que elas impõem ao ensino de História na Educação Básica, especialmente na 3ª série do Ensino Médio, etapa em que os estudantes apresentam maior maturidade cognitiva e capacidade de reflexão crítica. Trata-se, ainda, de um momento em que os alunos consolidam conhecimentos adquiridos ao longo do Ensino Médio e se preparam para avaliações externas, como o ENEM e os vestibulares, nas quais a compreensão de eventos históricos e a análise de diferentes perspectivas se mostram fundamentais para o desenvolvimento do pensamento crítico.

Para investigar esses desafios, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, articulando revisão bibliográfica e a aplicação de uma sequência didática junto a uma turma de 3ª série do Ensino Médio, composta por 37 alunos matriculados, dos quais 26 apresentam frequência regular. A sequência, desenvolvida em dois encontros de 50 minutos, consistiu na análise de diferentes conteúdos (textos, memes, postagens em redes sociais, notícias) que reproduziam ou negavam aspectos da ditadura civil-militar. Os estudantes foram convidados a identificar informações verdadeiras ou falsas, justificar suas escolhas e refletir sobre as implicações da circulação de narrativas distorcidas. A avaliação considerou registros escritos, socializações em sala e comparações entre percepções iniciais e finais dos alunos, possibilitando o acompanhamento do desenvolvimento de suas capacidades críticas.

Os resultados obtidos na aplicação da sequência indicaram avanços na capacidade de análise dos estudantes, embora tenham sido observadas resistências iniciais e limitações relacionadas ao repertório histórico prévio. A experiência reforça a importância de metodologias interativas e contextualizadas para o enfrentamento da desinformação, bem como o papel do professor como mediador do conhecimento crítico. Ademais, a pesquisa também evidencia como o ensino de História pode atuar como instrumento de formação cidadã, promovendo a autonomia intelectual e a consciência crítica dos estudantes diante da circulação de *fake news* e de narrativas ideologicamente orientadas sobre o passado.

METODOLOGIA

O presente trabalho seguiu uma abordagem qualitativa, estruturada a partir de revisão bibliográfica e aplicação de uma sequência didática em uma turma da 3ª série do Ensino





Médio. O objetivo foi analisar como as *fakes news* sobre a ditadura civil-militar interferem na compreensão dos estudantes e de que forma estratégias pedagógicas podem contribuir para a formação crítica frente à desinformação. A escolha por essa metodologia justifica-se pela necessidade de aproximar o ensino de História das problemáticas contemporâneas que atravessam a sociedade.

Ademais, na turma que se aplicou a sequência didática possui 37 estudantes matriculados, dos quais 26 frequentaram efetivamente as atividades. Assim, a sequência didática foi realizada em dois encontros de 50 minutos cada, com foco em conteúdos midiáticos consumidos pelos jovens, como memes, postagens em redes sociais e notícias, de modo a articular o conhecimento histórico às práticas comunicacionais cotidianas e ampliar o engajamento discente.

A primeira aula concentra-se na identificação e problematização de conteúdos midiáticos que distorcem ou negam aspectos do período ditatorial, favorecendo a compreensão das estratégias discursivas de manipulação e da disputa pela memória histórica. Na segunda aula, as análises anteriores são retomadas e confrontadas com documentos históricos, produções historiográficas e acervos oficiais, incentivando os estudantes a elaborar argumentos fundamentados e a compreender o conhecimento histórico como instrumento de resistência ao negacionismo.

O percurso metodológico apoiou-se em referenciais como Rodrigo Patto Sá Motta, Lucileide Costa e Bruno de Oliveira, além de contribuições da educação midiática e do letramento crítico. Destacam-se ainda as obras organizadas por Carlos Zacarias Sena Jr. e Rodrigo Perez, fundamentais para compreender os usos políticos do passado. A experiência evidenciou tanto os limites impostos por repertórios históricos desiguais quanto o potencial das metodologias críticas para desenvolver autonomia intelectual e resistência ao negacionismo.

Em suma, para sistematizar as etapas da proposta e oferecer maior clareza quanto à organização pedagógica adotada, a sequência didática foi organizada em formato de tabela. Esse recurso tem a finalidade de detalhar os objetivos, as atividades e os procedimentos desenvolvidos em cada encontro, evidenciando de forma objetiva como os conteúdos midiáticos foram incorporados ao ensino de História. A estrutura permite visualizar o encadeamento metodológico, bem como compreender a intencionalidade pedagógica de cada etapa, facilitando a análise e a replicação da experiência em contextos similares. Assim, as



duas etapas, apresentadas nas tabelas a seguir, evidenciam a integração entre recursos digitais, fontes documentais e debates mediados pelo professor, compondo um processo formativo centrado na reflexão crítica e no desenvolvimento de competências previstas pela BNCC.

Tabela 1: Primeira aula da sequência didática proposta.

AULA 1
<p>OBJETIVO DA AULA: Propiciar aos estudantes a identificação e problematização de conteúdos digitais que apresentam distorções, omissões ou negações acerca da ditadura civil-militar brasileira, favorecendo a compreensão crítica dos mecanismos discursivos de manipulação e da disputa de memória histórica no espaço público.</p>
<p>RECURSOS: Slides com memes, postagens e fragmentos de notícias selecionados, folhas para registro individual das percepções.</p>
<p>COMPETÊNCIAS BNCC:</p> <ul style="list-style-type: none"> - EF09HI01: Identificar diferentes formas de registro e divulgação de informações e suas intencionalidades no processo de construção da memória histórica. - EF09HI08: Analisar diferentes interpretações sobre a ditadura civil-militar, identificando narrativas que buscam negar ou relativizar suas práticas autoritárias. - EM13CHS202: Analisar criticamente narrativas e representações sobre o passado, considerando diferentes interesses políticos, sociais e culturais.
<p>ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO: A aula se inicia com uma breve contextualização sobre a circulação de informações nas mídias digitais e sua influência na construção da memória histórica. Os memes, postagens e fragmentos de notícias são apresentados por meio de slides, permitindo que cada estudante analise por conta própria. A proposta metodológica não se restringe à constatação de falsidade, mas busca fomentar uma análise mais profunda sobre os recursos linguísticos, visuais e narrativos que sustentam essas desinformações. Cada estudante registra suas percepções em fichas de análise individuais, considerando aspectos como intencionalidade, efeitos de sentido e possíveis repercussões sociais. A etapa final consiste em uma socialização em que os alunos expõem seus resultados e, em diálogo com a mediação docente, refletem sobre o papel das <i>fake news</i> na disputa contemporânea pela memória do período ditatorial.</p>
<p>AVALIAÇÃO: A avaliação ocorre de maneira processual e formativa, considerando a participação dos estudantes na análise dos conteúdos, a capacidade de identificar elementos de manipulação e a qualidade dos argumentos apresentados nas discussões coletivas.</p>

Elaborado pelas autoras, 2025.

Tabela 2: Segunda aula da sequência didática proposta.



AULA 2

OBJETIVO DA AULA: Fomentar nos estudantes a capacidade de confrontar narrativas desinformativas sobre a ditadura civil-militar com fontes históricas, produções historiográficas e acervos oficiais, de modo a desenvolver competências de análise crítica, interpretação contextualizada e elaboração de argumentos fundamentados, fortalecendo a compreensão do passado recente e suas disputas de memória.

RECURSOS: Slides com memes e conteúdos midiáticos previamente analisados, documentos históricos, excertos acadêmicos, reportagens e acervos da Comissão Nacional da Verdade (2014), folhas individuais para registro de análises.

COMPETÊNCIAS BNCC:

- EF09HI05: Comparar diferentes versões de um mesmo acontecimento histórico, identificando os interesses e perspectivas em disputa.
- EF09HI08: Analisar diferentes interpretações sobre a ditadura civil-militar, identificando narrativas que buscam negar ou relativizar suas práticas autoritárias.
- EM13CHS205: Elaborar argumentos consistentes a partir da análise de fontes históricas e do diálogo com diferentes interpretações historiográficas.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO: A aula inicia com a retomada das análises realizadas no encontro anterior, lembrando os principais elementos desinformativos presentes nos memes e postagens digitais exibidos em slides. Em seguida, são apresentados documentos históricos, excertos acadêmicos, reportagens e acervos da Comissão Nacional da Verdade (2014), que os estudantes analisam com mediação do professor. O objetivo é identificar contradições, omissões e estratégias de persuasão nas narrativas digitais, confrontando-as com as fontes históricas. Os estudantes registram novamente suas percepções, destacando a diferença entre os conteúdos e participam de uma socialização em forma de debate mediado, articulando conteúdos midiáticos às interpretações historiográficas. A mediação atua na problematização das lacunas e na valorização do conhecimento histórico como instrumento de resistência ao negacionismo.

AVALIAÇÃO: A avaliação se dá pela capacidade dos estudantes de reelaborar criticamente as informações, demonstrando articulação entre os conteúdos midiáticos analisados e os referenciais historiográficos. São considerados indicadores de aprendizagem a clareza argumentativa, o uso adequado de evidências históricas e o engajamento no processo de debate e construção coletiva.

Elaborado pelas autoras, 2025.

REFERENCIAL TEÓRICO





De acordo com De Mello (2024, p. 9), o ensino de História tem como objetivo a formação de cidadãos capazes de refletir criticamente sobre seu cotidiano. A participação dos estudantes nas aulas envolve aspectos individuais, como medo, coragem, ansiedade, desinibição e inibição, bem como fatores sociais, como o desestímulo à discussão de temas relacionados à política, religião, gênero e raça. Uma das estratégias para fomentar essa participação é a utilização das Questões Socialmente Vivas (QSV), que são questões controversas nos domínios da pesquisa e do cotidiano, capazes de suscitar debate na sociedade, presentes em diferentes tipos de mídia, sendo percebidas pelos estudantes como significativas.

Além disso, o autor ressalta que tais questões são frequentemente evitadas por professores devido ao receio de reações adversas, evidenciando tentativas de cerceamento social, especialmente por grupos de extrema direita que buscam desestimular esses debates. Nessa perspectiva, a educação freiriana propõe compreender as intenções desses grupos e refletir sobre como promover uma educação emancipatória e integral do indivíduo sem omitir discussões que atravessam a estrutura colonial e eurocêntrica de dominação na formação do país. Muitas vezes, afirma-se que a escola “não é lugar de política” ou que determinados temas estariam vinculados a alguma ideologia. No entanto, o diálogo em sala de aula, quando bem conduzido, possui potencial problematizador e criador, permitindo que professores e estudantes produzam novas narrativas históricas e promovam mudanças necessárias na sociedade (DE MELLO, 2024, p. 10-11).

Nesse mesmo sentido, Klaus Bergmann destaca que a Didática da História deve possibilitar o desenvolvimento de uma consciência histórica capaz de articular identidade individual e coletiva ao longo do tempo (BERGMANN, 1990, p. 31-32). Tal perspectiva favorece uma práxis social racionalmente organizada e compreende a História como um processo aberto, em que conteúdos e qualidades humanas podem ser transformados e aprimorados pela ação e intervenção dos agentes históricos.

Outrossim, a importância de promover debates críticos em sala de aula, se torna ainda mais relevante ao abordar períodos históricos controversos, como a ditadura civil-militar brasileira, marcada por interpretações divergentes sobre sua origem e legitimidade. Opta-se, neste trabalho, pelo uso da expressão “ditadura civil-militar”, em consonância com uma nova corrente historiográfica que, sobretudo a partir dos anos 2000, ganhou densidade nos debates acadêmicos e públicos, atingindo maior repercussão no contexto das comemorações dos

cinquenta anos do golpe em 2014. O termo procura superar leituras dicotômicas que opunham Estado e sociedade, vítima e algoz, ressaltando que a sustentação e a longevidade do regime (1964-1985) não se explicam apenas pela repressão militar, mas também pelos apoios, consentimentos e acomodações de setores civis (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010, apud CARDOSO; MOREIRA, 2024, p. 19-20).

No contexto universitário, Rodrigo Patto Sá Motta observa que comportamentos de adesão, resistência e acomodação se entrelaçaram na operacionalização do esquema repressivo. Traços da cultura política brasileira conduziram diferentes encaminhamentos diante da repressão, seja pela acomodação, resistência criativa ou adiamento de ações de expurgos acadêmicos (MOTTA, 2014, p. 288-324, apud CARDOSO; MOREIRA, 2024, p. 23). Lucileide Cardoso e Bruno Moreira (2024, p. 27) complementam essa análise destacando que o termo “civil-militar” expressa de forma mais precisa os desdobramentos do golpe de 1964, evidenciando a articulação entre militares, políticos, empresários e setores populares que apoiaram e colaboraram com o regime, seja por meio de marchas, pregações anticomunistas ou na inserção de civis nos círculos decisórios.

É válido inferir que esses estudos evidenciam que os setores civis não se limitaram a papéis acessórios, mas ocuparam posições centrais nas esferas federal, estadual e municipal, propagando a ideologia da Doutrina de Segurança Nacional e colaborando com o regime. Ao mesmo tempo, parte da sociedade manteve-se silenciada diante da cultura do medo, praticando a autocensura e a autorepressão, compondo a chamada “área cinzenta”, que também contribuiu para a longevidade do regime (CARDOSO; MOREIRA, 2024, p. 37). Compreender a ditadura apenas como “regime militar” é, portanto, insuficiente e politicamente problemático, pois ignora a participação ativa de setores civis e populares. A construção de uma história social multifacetada da ditadura civil-militar, reconhecendo sua complexidade e os comportamentos sociais que lhe garantiam viabilidade e longevidade, torna-se fundamental para a compreensão do passado e sua relação com a sociedade contemporânea (CARDOSO; MOREIRA, 2024, p. 38).

Além disso, a influência dessas construções narrativas não se limita ao período da ditadura, persistindo em reinterpretções contemporâneas do golpe. Ao analisar a narrativa construída em torno do golpe de 1964, verifica-se que o argumento anticomunista foi mobilizado de maneira estratégica para justificar a intervenção militar. Esse discurso, além de estar presente na época, também reapareceu em momentos posteriores, como no vídeo

divulgado pelo Palácio do Planalto em 2019 para comemorar o 31 de março, que reinterpretou o passado para atender a interesses políticos contemporâneos, atribuindo falsamente à esquerda de 1964 a responsabilidade por atos violentos que, na realidade, foram praticados pela ditadura contra seus opositores (PATTO SÁ MOTTA, 2021, p. 18).

Ademais, de acordo com Daniel Pinha (2024, p. 103), as redes sociais, e a internet se tornaram um espaço fértil para a disseminação de *fake news* e discursos de pós-verdade, favorecendo o avanço de negacionismos históricos de diferentes naturezas, reflexo de uma crise ética dos valores democráticos que ultrapassa o ambiente virtual. Nesse contexto, a história da ditadura brasileira tem sido alvo de disputas narrativas e batalhas de memória que extrapolam o campo acadêmico e escolar, evidenciando a permanência de conflitos em torno da caracterização da violência como marca estrutural da sociedade brasileira e das lutas que buscam tensionar entre experiências ditatoriais e democráticas (PINHA, 2024, p. 104-105). Para o autor, o negacionismo contemporâneo assume, muitas vezes, uma retórica *antiestablishment* e é impulsionado por grupos empresariais e entidades públicas, colocando ao alcance de qualquer aluno ou leitor afirmações distorcidas sobre o passado (PINHA, 2024, p. 106-107).

Pensar a ditadura em sala de aula exige tratá-la como um tema sensível, sobretudo porque a redemocratização, marcada pela Lei da Anistia de 1979, não promoveu uma justiça de transição capaz de responsabilizar os agentes da violência estatal. A crise democrática recente intensificou as disputas políticas sobre esse passado, reavivando memórias autoritárias e tensionando o futuro democrático (PINHA, 2024, p. 119). Nesse horizonte, o pensamento de Paulo Freire torna-se fundamental, pois em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 2005) afirma a centralidade do diálogo, da problematização e da conscientização como práticas de libertação, capazes de romper com a “educação bancária” e estimular a leitura crítica da realidade. Nesse sentido, incorporar essa perspectiva ao ensino de História implica compreender o trabalho com a ditadura civil-militar não apenas como transmissão de informações, mas como ato político e pedagógico de emancipação, que possibilita aos estudantes identificarem as formas de opressão, desconstruir narrativas negacionistas e reconhecer-se como sujeitos históricos ativos na construção da democracia.

Em síntese, a ditadura civil-militar deve ser compreendida como um fenômeno que envolveu tanto o protagonismo militar quanto a participação de setores civis e a conformidade

de parcelas da sociedade. Discutir esse período em sala de aula, de forma crítica, permite problematizar narrativas distorcidas e negacionismos, fortalecendo a consciência histórica e a reflexão sobre a relação entre passado e sociedade contemporânea.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados obtidos a partir da aplicação da sequência didática possibilitou identificar três categorias analíticas centrais: o reconhecimento das estratégias de desinformação, o confronto entre narrativas midiáticas e fontes históricas e a formação crítica e consciência histórica. Na primeira categoria, observou-se que 77% dos alunos participantes foram capazes de identificar as intencionalidades políticas e ideológicas presentes em memes, postagens e fragmentos de notícias sobre a ditadura civil-militar, percebendo como o humor, a ironia e a linguagem apelativa buscaram relativizar o autoritarismo, a censura e a tortura. Esse resultado demonstra um avanço significativo no desenvolvimento do letramento crítico, entendido por Freire (1990, apud DE SOUZA, 2011, p.3-4), como a capacidade de interpretar o presente à luz do passado e reconhecer a historicidade do conhecimento, transformando-o em instrumento de reflexão e emancipação.

Na segunda categoria, que envolveu o confronto entre as narrativas midiáticas e fontes históricas, cerca de 54% dos alunos conseguiram estabelecer relações entre os materiais analisados e os documentos históricos, refutando afirmações com base em evidências das fontes, enquanto 46% apresentaram dificuldade na interpretação das fontes historiográficas. Esses dados revelam tanto resistências iniciais quanto limitações no repertório histórico e na familiaridade com a linguagem acadêmica, reforçando a importância da mediação docente. Segundo Vigotski (1991, p.113) e Altenfelder (2015, p.65-66), essa mediação permite ao aluno avançar de seu nível de desenvolvimento real para o potencial, superando limitações individuais por meio de orientação adequada e planejamento cuidadoso, favorecendo a compreensão crítica das narrativas digitais e sua articulação com o conhecimento histórico.

Por fim, a terceira categoria evidencia os efeitos mais amplos da proposta, relacionados à formação crítica e à consciência histórica. Observou-se que cerca de 69% dos alunos conseguiram elaborar argumentos próprios, integrando os conteúdos midiáticos e fontes históricas, reconhecendo a relevância da História no combate às *fake news* e ao negacionismo. Esses dados indicam que, além de identificar estratégias de desinformação e confrontar

narrativas, os estudantes passaram a internalizar o conhecimento histórico como ferramenta de análise crítica e intervenção social, consolidando competências de interpretação, argumentação e reflexão. Nesse processo, a mediação docente (ALTENFELDER, 2015, p. 65-66), foi determinante, oferecendo suporte para que os alunos avançassem do reconhecimento passivo das informações à produção autônoma de sentidos e à construção efetiva da consciência histórica.

Em resumo, os resultados da aplicação da sequência evidenciam que a identificação de estratégias de desinformação, o confronto com fontes históricas e a produção de argumentos próprios indicam que a proposta estimulou a reflexão crítica, a compreensão das disputas de memória e a apropriação do conhecimento histórico como instrumento de intervenção social. Além disso, destacam a importância da mediação docente para orientar a superação de dificuldades individuais e promover a construção autônoma de sentidos, demonstrando que metodologias que articulam práticas digitais e historiográficas fortalecem a formação crítica e cidadã no ensino de História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrar a presente discussão implica reafirmar a urgência de uma prática pedagógica comprometida com a problematização das disputas de memória e com a desconstrução de narrativas negacionistas que insistem em relativizar a violência da ditadura civil-militar brasileira. Ao integrar metodologias ativas e recursos que dialogam com o universo midiático dos estudantes, como memes e postagens digitais, a sequência didática aqui proposta não apenas se insere no horizonte das Questões Socialmente Vivas (QSV), mas também se constitui como ferramenta de resistência pedagógica frente às tentativas de silenciamento do debate público. Tal proposta didática vai ao encontro de uma educação freiriana, emancipada e dialógica, capaz de tensionar estruturas de poder e fomentar uma consciência histórica crítica que não se furta ao enfrentamento de temas sensíveis.

Nesse sentido, discutir a ditadura civil-militar em sala de aula é mais do que revisitar o passado: trata-se de um ato político e formativo, que desafia tanto o apagamento histórico quanto a banalização das violências cometidas pelo Estado. Ao oportunizar o confronto entre narrativas desinformativas e a historiografia acadêmica, promove-se um exercício de cidadania ativa, que ultrapassa os limites escolares e se projeta no fortalecimento da democracia. Assim, o ensino de História, quando assumido em sua dimensão crítica, mostra-



se como espaço de disputa, criação e emancipação, reafirmando o papel da escola como instância essencial na construção de sujeitos capazes de intervir na realidade social e de reivindicar os direitos que sustentam a vida democrática.

REFERÊNCIAS

ALTENFELDER, Anna Helena. Aspectos constitutivos da mediação docente e seus efeitos no processo de aprendizagem e desenvolvimento. *Construção psicopedagógica*, v. 23, n. 24, p. 59-76, 2015.

BERGMANN, Klaus. A história na reflexão didática. *Revista Brasileira de História*. São Paulo.v.9, n. 19. setembro de 1989; janeiro, 1990.

CARDOSO, Lucileide Costa & MOREIRA, Bruno de Oliveira. (2024). *1964 e o debate que não terminou: Reflexões sobre a terminologia “civil-militar” e a natureza da nossa última ditadura*. *Revista Crítica Histórica*, 15(29), 10–41.

DE SOUZA, Lynn Mario T. Menezes; MARIO, Lynn. Para uma redefinição de letramento crítico: conflito e produção de significação. *Formação de Professores de Línguas-Ampliando Perspectivas*. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LARA, Ricardo; SILVA, Mauri Antônio da. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 122, p. 275-293, 2015.

MAGALHÃES, Olga; FREITAS, Eliane. *Contributo para uma reflexão sobre pós-verdade e ensino de história*. 2019.

MELLO, Nicolás Rodrigues de. O papel do diálogo no ensino de história: relações entre o pensamento histórico e o pensamento crítico através de debates. 2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PINHA, Daniel. O negacionismo da Ditadura Militar como desafio para o ensino de história em tempos de crise democrática no Brasil. In: PEREZ, Rodrigo; ZACARIAS, Carlos; GEMINIANO, Wagner (orgs.). *Entre revisionistas e negacionistas: usos e abusos políticos do passado*. Rio de Janeiro: Autografia, 2024. p. 103-127.

ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha. *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VIGOTSKI, Lev Sememovitch. *Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. _____ . Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKY, L.S.; LEONTIEV, A.N.; LURIA, A.R et al. *Psicologia e pedagogia I*. Lisboa: Estampa, 1991. p. 31-50.

